

a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme a declaração de inexistência, enviada através de ofício n.º 3404, de 30 de Abril de 2007, da Direcção-Geral da Administração Pública, torna-se público que, por meu despacho exarado em 18 de Maio de 2007, se procedeu à reclassificação profissional da funcionária Maria Filomena Rija Gomes, transitando da carreira/categoria de auxiliar administrativa, do grupo de pessoal auxiliar, escalão 3, índice 135, que para efeitos remuneratórios corresponde ao índice 146, para a carreira/categoria de auxiliar técnica de turismo, do grupo de pessoal auxiliar, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, sendo posicionada no escalão 1, índice 190, que para efeitos remuneratórios corresponde ao índice 199.

A funcionária antes indicada deverá assinar o respectivo termo de aceitação de nomeação na categoria em que foi reclassificada no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Excluído de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

2611019335

**Aviso n.º 10 835/2007**

O engenheiro Álvaro José Cachucho Rocha, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e tendo sido dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificando-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme a declaração de inexistência enviada através de ofício n.º 3403, de 30 de Abril de 2007, da DGAP, torna público que, por seu despacho exarado em 18 de Maio de 2007, se procedeu à reclassificação profissional do funcionário Hélder Manuel Henriques Pintado, transitando da carreira/categoria de motorista de transportes colectivos, do grupo de pessoal auxiliar, escalão 1, índice 175, para a carreira técnica de informática, categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, do grupo de pessoal de informática, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, ficando posicionado no escalão 1, índice 332.

O funcionário antes indicado deverá assinar o respectivo termo de aceitação de nomeação na categoria em que foi reclassificado no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Excluído de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos do disposto na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

2611019339

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS****Aviso (extracto) n.º 10 836/2007**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, respeitante ao projecto para alteração ao loteamento sito em Ferrel, freguesia da Luz, Lagos, titulado pelo alvará de loteamento n.º 17/94, cuja requerente é Verdes Lagos, Hotelaria e Turismo, L.ª, com endereço postal na Rua de Gago Coutinho, lote do gaveto, loja 6, em Lagos.

Nestes termos, o referido projecto encontra-se patente para consulta, entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos, na Secção de Loteamentos Urbanos desta Câmara Municipal (Edifício Trindade, Rossio da Trindade), convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

23 de Maio de 2007. — Por delegação de competência, a Directora do Departamento, *Célia Correia*.

2611020475

**Aviso n.º 10 837/2007**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do artigo 77.º do Decre-

to-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, respeitante ao projecto para alteração ao loteamento sito em Albardeira, Meia Praia, freguesia de São Sebastião, Lagos, titulado pelo alvará de loteamento n.º 5/2003, cuja requerente é TODIMOVE — Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, L.ª, com sede na Avenida de Miguel Bombarda, 133, 7.º, E, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa.

Nestes termos, o referido projecto encontra-se patente para consulta, entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos, na Secção de Loteamentos Urbanos desta Câmara Municipal (Edifício Trindade, Rossio da Trindade), convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

23 de Maio de 2007. — Por delegação de competência, a Directora do Departamento, *Célia Correia*.

2611020463

**Aviso n.º 10 838/2007**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, respeitante ao projecto para loteamento dos prédios sitos no Cerro das Mós e no Bairro do Convento Senhora da Glória, freguesia de São Sebastião, Lagos, descritos na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob os n.ºs 3770/31052000 e 3771/31052000, respectivamente, da referida freguesia, cuja requerente é MIRALAGOS — Sociedade de Construções, S. A., com sede em Rua do Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 22, loja C, em Lagos.

Nestes termos, o referido projecto encontra-se patente para consulta, entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos, na Secção de Loteamentos Urbanos desta Câmara Municipal (Edifício Trindade, Rossio da Trindade), convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

23 de Maio de 2007. — Por delegação de competência, a Directora do Departamento, *Célia Correia*.

2611020509

**Aviso n.º 10 839/2007****Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário da carreira de técnico superior (psicologia)**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 24 de Maio do corrente ano, foi nomeada definitivamente, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91 e 218/98, de 17 de Outubro e de 17 de Julho, respectivamente, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar vago de técnico superior de 2.ª classe (psicologia), Paula Alexandra Morgado da Silva, estagiária aprovada no concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 123, de 26 de Maio de 2004, devendo tomar posse do cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.

2611019386

**CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ****Aviso n.º 10 840/2007**

José António da Costa Tomé, vereador responsável pela Direcção e Gestão dos Recursos Humanos da Câmara Municipal da Lourinhã, torna público, no uso das competências delegadas pelo presidente da Câmara Municipal da Lourinhã em 8 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 2002, ao abrigo dos artigos 68.º e 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 15.º do Código do Procedimento Administrativo, e nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência do ofício n.º 50 707, de 27 de Abril de 2007, da Câmara Municipal de Mafra, foi autorizada a requisição para aquela Câmara